



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado da Bahia

JUSTIÇA FEDERAL HOJE

Edição nº 6.211. Salvador - Bahia. Terça-feira, 19/09/2023.

SJBA tem destaque no 3º Encontro das Seções Judiciárias promovido pelo CJF



O Conselho da Justiça Federal (CJF) realizou, nos dias 14 e 15 de setembro últimos, o 3º Encontro das Seções Judiciárias, sediado na Seção Judiciária do Maranhão. O evento contou com a participação de dirigentes do CJF, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de secretários e diretores das secretarias administrativas e gestores das áreas de informática, recursos humanos e orçamento da 1ª Região.

O objetivo do encontro foi debater sobre os desafios de gestão das Seções Judiciárias e buscar encaminhamentos que contribuam para o aprimoramento e alinhamento de atividades da Justiça Federal.

A Seção Judiciária da Bahia enviou uma comitiva de peso, participaram do evento: o diretor da Secretaria Administrativa (SECAD), Tarcísio José Filgueiras dos Reis, o diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas (NucGP), Fabrício Vampré de Oliveira Côrtes, a diretora do Núcleo de Gestão Estratégica, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NucGE), Liliana Kelsch Sarmento, o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação, Álvaro Antônio Brito Reis e a diretora do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial (NUCAF), Cristina Maria Dantas Lessa Côrtes.

A abertura do evento foi conduzida pelo diretor do Foro da SJMA, juiz federal Rubem Lima de Paula Filho. Na programação do primeiro dia alguns dos temas abordados foram: *Governança de Tecnologia da Informação/Segurança da Informação; Resultados com Ferramentas de Automação Web; Estratégias eficientes de uso sustentável de energia; Projeto Gestão por Competência; Painéis de BI dos Controles de Restos a Pagar, Controle do Limite de Gasto e Controle da Execução Orçamentária*, entre outros.

A SJBA levou a sua relevante contribuição, ministrando a palestra *Residência de TI, Pacote Office (Painéis de BI, Aplicativos e Power Automate)*. Liliana Kelsch e Álvaro Reis apresentaram as boas práticas realizadas na Seccional, com os projetos desenvolvidos pela Residência de TI e a utilização das ferramentas do pacote da *Microsoft* na melhoria dos processos de trabalho, com ênfase nos painéis de BI, aplicativos e automações implementadas por meio desta ferramenta.

“O evento foi muito produtivo, fantástico. A Bahia teve destaque no encontro. Este evento foi uma oportunidade que a gente teve de trocar informações sobre as boas práticas que estão acontecendo nas Seccionais, da gente mostrar para o CJF o que a gente vem fazendo e o que a gente precisa para fazermos muito mais”, declarou a diretora do NucGE, Liliana Kelsch.

No último dia do encontro foram promovidos debates setoriais, com rodas de conversa, que incluíam assuntos estratégicos; gestão administrativa; gestão de pessoas; gestão orçamentária e Tecnologia da Informação. Ao final das discussões temáticas e por indicação dos grupos, a SJBA, mais uma vez, abrilhantou as discussões compondo a mesa para a apresentação sobre a conclusão das atividades dos eixos de gestão administrativa, orçamento e gestão de pessoas, compartilhando experiências e expondo com propriedade sobre os temas abordados.

“A SJBA se destacou e foi muito aclamada no encontro pelos presentes e Mesa Alta, tanto após as apresentações das boas práticas feitas por Álvaro Reis e Liliana Kelsch, como nas discussões temáticas. Ao final das discussões temáticas todos convergiram para a preocupação com o ser humano/servidor/magistrado, notadamente com os servidores, em razão da falta de servidores, carga de trabalho e valorização. Ficou clara também a necessidade de maior interação entre o CJF, TRF1 e Seccionais, de modo a não perdermos energia desenvolvendo soluções iguais ou já existentes. A interação e o compartilhamento de ideias nortearam as discussões”, afirmou o diretor da SECAD, Tarcísio Filgueiras.

Confira abaixo os depoimentos dos diretores do NUTEC, NucGP e da diretora do NUCAF sobre o Encontro das Seções Judiciárias:

• Álvaro Reis (NUTEC)

“A Bahia brilhou. O último evento desse tipo aconteceu em 2019, quando conheci o projeto de Residência de TI. Quatro anos depois, estou de volta para apresentar a segunda turma de Residência de TI da SJBA, que está repercutindo em toda a primeira Região. Com minha amiga Liliana apresentando os projetos desenvolvidos pelo NucGE, ganhamos

a plateia no primeiro dia, com direito a prorrogação do tempo de apresentação por mais 10 minutos. Posso dizer que a Bahia “brocou” porque no segundo dia de apresentações, os colegas Fabrício (NucGP), Cristina (NUCAF) e Tarcísio (SECAD) também se destacaram nas apresentações de sugestões para melhoria da Justiça Federal. Mais legal ainda foi rever os amigos de outras seccionais que há muito não via, conhecer colegas de outras áreas e divulgar ao CJF e TRF1 o que a SJBA vem desenvolvendo para agregar valor ao trabalho diário. O diretor do Foro da SJMA, Dr. Rubem Lima de Paula Filho, até brincou, dizendo que “baiano não nasce, estreia”. Depois mandou um recado ao CJF e TRF1: “copiem a Bahia””.

• Fabrício Côrtes (NucGP)

“O encontro serviu para aproximar as Seccionais do CJF e tratar de assuntos relevantes. Na área de gestão de pessoas foi abordada a necessidade de criação de novos cargos efetivos, melhoria dos sistemas, plano de capacitação integrada entre os órgãos, indicadores automatizados mais eficientes e como a área de gestão de pessoas pode ser mais assertiva e afetiva”.

• Cristina Lessa (NUCAF)

“O encontro promovido pelo CJF contribuiu para estreitar a integração entre as Seccionais, o TRF1 e o CJF, bem como para fomentar o compartilhamento de experiências através da apresentação de boas práticas e mesas de debates por área. No tocante à gestão financeira e orçamentária foram debatidos temas como assistência judiciária gratuita, planos orçamentários de reforma, despesas inscritas em Restos a Pagar, automação de procedimentos e os reflexos do novo arcabouço fiscal. Foi uma oportunidade para alinhar práticas e estabelecer grupos de trabalho que seguirão refinando a gestão e governança no âmbito da 1ª região”.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Aniversariantes

Hoje: Roberto Luis Luchi Demo (Juiz Federal da Turma Recursal), Diane Nassar Pinho (15ª Vara), Christiane Nassar Pinho (Alagoinhas). **Amanhã:** Camila Lorena Bezerra de Oliveira (Campo Formoso), Cláudia Cristina Rebello de Castro (Nuaud), Gabriela da Graça Hollatz (12ª Vara), Helen Crystina Patrocínio dos Reis (Ihéus), Lilly Sousa Sales (Paulo Afonso), Roquison Andrade de Oliveira (Feira de Santana), Amanda Luisa Figueredo Oliveira (Turma Recursal), Caique Luiz Rodrigues Oliveira (Turma Recursal), Ramon Junio Pereira dos Santos (Turma Recursal).

Parabéns!

Agentes da Polícia Judicial da Bahia participam do II Congresso Nacional dos Agentes de Polícia do PJU



Nas últimas quarta e quinta-feira passadas, 14 e 15/09, agentes da Polícia Judicial da Bahia participaram do II Congresso Nacional dos Agentes de Polícia do Poder Judiciário da União. O evento reuniu diversos servidores de vários Estados e aconteceu, presencialmente, no auditório da Justiça Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.

O congresso foi realizado pela Associação Nacional dos Agentes de Polícia do Poder Judiciário da União (AGEPOLJUS) e teve como objetivo geral proporcionar a troca de experiências e de in-

formações entre os representantes das instituições participantes.

A mesa de abertura foi composta pelo diretor do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina, juiz federal Henrique Luiz Hartmann, anfitrião do evento; desembargador e presidente do TRT12, José Ernesto Manzi; desembargador e presidente do TRT20, José Augusto do Nascimento; desembargador e presidente do gabinete de Segurança Institucional do TRT1, Leonardo Dias Borges; presidente da Comissão de Assuntos Prisionais e representante da OAB - Seção Santa Catarina, Wiliam Shinzato e o presidente da AGEPOLJUS, Roniel Andrade.

A plateia teve a presença de outras autoridades, como o desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o desembargador presidente do TRT18 e os desembargadores do TRT12, do TRT de Tocantins e do TRT do Ceará.

O evento contou com diversas palestras na área da Polícia Judicial. Dentro da programação foram abordados temas como: *Inteligência e Contraineligência, Experiência da Polícia de Israel no campo institucional, Simulador de tiro ABACO, Polícia Judicial e o TST/CSJT*, entre outros.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

SEPAT informa sobre a impossibilidade de recolhimento de bens permanentes



Com início das atividades do Inventário Anual 2023 da Seção Judiciária da Bahia, previsto para o dia 2 de outubro, a Seção de Administração de Patrimônio (SEPAT-SJBA) informa não haver mais tempo hábil para realizar o recolhimento de bens permanentes, visto que, a partir da próxima segunda-feira, 25 de setembro, a SEPAT precisará gerar os relatórios de bens para conferência de todas as unidades. Conforme estabelecido na IN 14-16 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nenhum bem permanen-

te pode ser movimentado no período do Inventário, motivo pelo qual a Seção fica impedida de recolher estes bens a partir das emissões dos relatórios.

No momento os depósitos da SEPAT estão cheios, há seis lotes de bens aguardando o vencimento dos prazos para doações. De acordo com o controle, restam recolher ainda 474 bens, no mínimo. No início de novembro deste ano está previsto o lançamento de edital para doações dos atuais lotes existentes, com isso a Seção abrirá espaço para armazenamento, retornando assim ao trabalho de recolhimento dos bens pendentes. Contudo, serão atendidas apenas as unidades que adiantarem os seus relatórios de inventário, pois o impedimento da IN 14-16 se encerra com as análises dos inventários, por parte da Comissão de Inventário, e ajustes necessários realizados pela SEPAT.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

Inscrições para o 13º Passeio Ecológico da ASSERJUF estão abertas até o dia 6 de outubro



As inscrições para o 13º Passeio Ecológico da ASSERJUF já estão abertas e devem ser realizadas por meio do formulário eletrônico, no link <https://forms.gle/zHkCToUXd61WSt7B7>. O passeio será realizado no sábado, 21/10, para o Hotel Fazenda Recanto, em Mutá.

As vagas são limitadas devido à quantidade de assentos no ônibus, que será fretado especialmente para a condução dos participantes. Como já é tradição, associados não pagam e têm direito a tarifas diferenciadas para os acompanhantes. Confira os valores: • dependentes (marido, esposa, pai ou mãe): R\$ 80,00 • filhos até 5 anos não pagam • filhos de 6 a 12 anos: R\$ 80,00 • filhos a partir de 13 anos: R\$ 100,00 • convidados: R\$ 100,00 (de 6 a 12 anos) e R\$ 180,00 (acima de 12 anos) • valor para não-associados: R\$ 180,00.

Os valores incluem para todos os participantes: ônibus executivo com ar-condicionado (ida e volta), café da manhã, almoço, lanche da tarde e música ao vivo. Além disso, o hotel fazenda disponibiliza de uma área de 480 hectares, rodeado de árvores e com diversas opções de lazer para todos desfrutarem de um dia inesquecível.



Periódicos da Biblioteca

O periódico abaixo encontra-se disponível na biblioteca. A leitura pode ser solicitada pelos ramais 2795 | 9138.

Revista de Informação Legislativa do Senado Federal: RIL – v. 56 – n. 224 – out./dez. 2019 – Sumário: • O Poder Judiciário e as leis de anistia

latino-americanas: as experiências da Argentina, Chile e Brasil - Dionis Mauri Pennign Blank e Eugênio Facchini Neto • A dependência entre os direitos humanos e o Direito Tributário - Thiago Álvares Feital

• Preços de transferência em operações de alto risco: a Ação 10 do Projeto Beps – Leandro Tripodi • Controle judicial do processo legislativo: do minimalismo à garantia do devido procedimento legislativo – Eneida Desiree Salgado e Eduardo Borges Espínola Araújo • A relevância jurídica dos vetos presidenciais - Mariana Barbosa Cirne • A criminalização do assédio moral no trabalho: uma análise do Projeto de Lei nº 4.742-B/2001 - Ana Virgínia Moreira Gomes e Benedito Augusto da Silva Neto • Vinculatividade objetiva dos direitos sociais prestacionais: da teoria da integração à pretensão mataindividual a políticas públicas - Luciano Pereira Vieira • O Programa Apoiar e Comprometer no município de Passo Fundo (RS): dimensões do desenvolvimento e condição de agente segundo Sen – Henrique Aniceto Kujawa e Neuro José Zambam • Mandado de Injunção como instrumento de acesso a direitos e a Lei nº 13.655/2018 - Luciana Cristina de Souza • A comparative analysis of the attempts to enforce the Ecuadorian decision in the Chevron case: multinationals and impunity – Gabriela Cristina Braga Navarro.

